

COMUNICAÇÃO/INTERAÇÃO: A GÊNESE PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS DO CAMPUS BARBACENA

Aurora Maria Baptista da Silva

Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Barbacena

aurora.silva@ifsudestemg.edu.br

Adriano Reder de Carvalho

Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais - campus Juiz de Fora

adriano.carvalho@ifsudestemg.edu.br

RESUMO - A comunicação/interação é uma das necessidades básicas dos seres humanos para que possam trocar informações, crescerem mutuamente, constituir a sociedade e produzir cultura. O objetivo do produto educacional foi suprir a necessidade de comunicação/interação com os surdos e deficientes auditivos da comunidade interna do IF Sudeste MG - Campus Barbacena. A cartilha foi elaborada, entre abril e dezembro de 2020, contendo os conceitos relacionados a pessoas surdas e deficientes auditivas; métodos de comunicação; preparo institucional para receber e manter os alunos surdos e deficientes auditivos e estratégias pedagógicas. Para a validação da cartilha foram convidados alunos surdos e deficientes auditivos, discentes, docentes e profissionais especialistas dos Núcleos de Ações Inclusivas (NAI) dos campi que compõem o IF Sudeste MG. A validação se deu por meio de um questionário estruturado, com nove afirmativas sobre a pertinência, aplicabilidade e qualidade do produto. A amostra para a validação foi composta por 40 participantes, entre discentes, docentes e profissionais especialistas. Foi verificado que uma parcela dos participantes não têm conhecimento de Libras, a cartilha serviu como ferramenta para o estabelecimento de comunicação básica com o surdo, para aquisição de conhecimentos sobre surdos e deficientes auditivos, auxiliar no processo de inclusão, do ensino/aprendizagem e na formação integral, além de provocar reflexões sobre seu fazer profissional.

Palavras-chave: Escola Inclusiva. Libras. Educação Omnilateral.

COMMUNICATION/INTERACTION: THE GENESIS FOR THE OMNILATERAL FORMATION OF THE DEAF AND HARD-OF-HEARING PEOPLE AT THE BARBACENA CAMPUS

ABSTRACT - Communication/interaction is one of the basic needs of human beings so that they can exchange information, mutually grow, build a society and produce culture. The objective of the educational product was to meet the need for communication/interaction with the deaf and hard-of-hearing people at the internal community of IF Sudeste MG - Barbacena Campus. The booklet was prepared, between April and December 2020, containing the concepts related to deaf and hard-of-hearing people; communication methods; institutional preparation to receive and retain deaf and hard-of-hearing students and pedagogical strategies. To validate the booklet, deaf and hard-of-hearing students, students, teachers and professional experts from the Inclusive Action Centers (IAC) of the campuses that make up the IF Sudeste MG were invited. The validation took place through a structured questionnaire, with nine statements about the relevance, applicability and quality of the product. The sample for validation was composed of 40 participants, including students, teachers and professional experts. It was verified that a part of the participants can't understand Libras language and the booklet served as an enabling tool for basic communication with the deaf, to acquire knowledge about the deaf and hard-of-hearing people, assist in the processes of inclusion, teaching/learning and integral formation, besides provoking reflections on their professional practice.

Keywords: Inclusive School. Libras Language. Omnilateral Education.

LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM EPT

LINK DO PRODUTO: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/701298>

1. INTRODUÇÃO

A história da socialização humana, a partir da interação com seus pares, se confunde com o desenvolvimento de processos de comunicação (SILVA, 2016, p. 3). Etimologicamente, a palavra “processo”, é definida como “realização contínua e prolongada de alguma atividade” (HOUAISS, 2015, p. 765) e a palavra comunicação vem do latim “*communis*”, comum, que introduz a ideia de comunhão/comunidade, podendo assim, o processo de comunicação, ser considerado o fundamento da vida social (PERLES, 2007, p. 2-4).

Leite (1995) e Silva (2016) consideram que a comunicação é um movimento circular que envolve três atores: emissor, mensagem e receptor, resultado da interação que se constitui numa referência a outro humano que conosco divide a cena, permitindo-nos agir, permitindo-nos a emergência de realidade à qual o social-sociológico se aplica (DURAN, 1993).

Perles (2007, p. 05) afirma que especialistas ainda têm dúvidas se a comunicação oral teria iniciado por gritos, grunhidos, por gestos ou se por todos esses combinados, visto que a combinação destes associados a um objeto ou ação teria dado origem aos signos que posteriormente organizados fizeram surgir a linguagem. Quadros e Schmledt (2006, p. 13-15) definem a linguagem como sendo qualquer forma utilizada, cuja intenção seja a de se comunicar, inclusive a própria língua, que expressa valores, culturas e padrões sociais de um determinado grupo. Visto que é pela linguagem que há troca de informações e de experiências, essa comunicação/interação gera a cultura, constrói o social, produz conhecimento e promove transformação (ROAZZI; LEAL, 1996).

Ao tratarmos de comunicação, quando nos reportamos aos surdos e aos deficientes auditivos, do ponto de vista orgânico, têm o mesmo significado, no entanto, há de se destacar, que do ponto de vista histórico-cultural os surdos não se consideram deficientes, utilizam uma língua de sinais e se identificam com sua comunidade. De outra forma, são considerados e consideram-se deficientes auditivos aqueles que perdem a audição após terem contato com a linguagem da sociedade ouvinte (FERNANDES, 2014, p. 14). Devido a isso, usam como recurso o treinamento da fala e a leitura labial, objetivando integrarem-se à comunidade ouvinte (PERLIN; STROBEL, 2008). Há também uma distinção no Decreto Federal nº 5.626/2005, no qual a pessoa surda é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura princi-

palmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), e deficiência auditiva a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005, art. 2º; parágrafo único).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início em 1854 com a criação do Instituto Benjamin Constant e, no ano de 1857, com a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ambos ainda com uma forma de atendimento clínico-terapêutico. Além disso, muitas associações com cunho assistencialista foram criadas e desempenham diversas atividades destinadas a apoiar os deficientes (LANNA JÚNIOR, 2010, p.14-15). No início da década de 1980, os deficientes físicos, cegos e surdos começaram a criar organizações com o principal intuito de auxílio mútuo, também estimulado pelos esportes. Do diálogo que mantinham surgiu um movimento cujo lema passou a ser: “Nada sobre nós sem nós” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 14). E é a partir da criação destas organizações, da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a criação de novas legislações relativas à inclusão, é que foi se estabelecendo que todos devessem ser respeitados, aceitos e tratados com tolerância, independente da sua condição (BRASIL, 1988; 2000; 2015).

Na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, consta que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos e técnicas para atender os alunos, além de prever a possibilidade de “terminalidade específica para os que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências” (art. 59, inciso II) (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, enfatiza a construção de uma escola regular inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana, na qual os ambientes escolares seriam reestruturados e haveria elaboração e aquisição de materiais pedagógicos específicos, bem como promoveria a sensibilização dos demais alunos da comunidade para a promoção da integração (BRASIL, 2001). Diferente da integração, a inclusão pressupõe mudanças na sociedade, para que esta se torne capaz de receber e acolher adequadamente as pessoas com necessidades especiais (SASSAKI, 1998; CRUZ; GLAT, 2014, p. 270). Essa ideia baseia-se no modelo social, segundo o qual a escola comum deve levar em consideração a necessidade do aluno, ocorrendo adaptação do ambiente físico e dos procedimentos educacionais, para que todas as pessoas possam ser incluídas (RIOS; NOVAES, 2009, p. 91).

No contexto da comunicação e da inclusão no processo educativo, a Libras é considerada a segunda língua oficial do Brasil, e é considerada a língua materna dos surdos (BRASIL, 2002c) sendo recomendado apoio à difusão dessa língua nos órgãos de administração

federal pública, direta e indireta através de formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e colaboradores (BRASIL, 2005). Entretanto, esta recomendação não tem sido colocada em prática como deveria ser e está muito distante de se tornar ideal, já que a maioria dos servidores ainda não estão capacitados para interagir com os surdos por meio da Libras (STROBEL, 2006, p. 247; CASTRO; ALMEIDA, 2014, p. 188; PINHEIRO; FIDALGO, 2019, p. 9). Associado a isto, há também a falta de oportunidade para capacitação e carece de entendimento a respeito da importância desta língua no processo de interação entre ouvintes e surdos (NASCIMENTO; MELO; ARAÚJO NETO, 2018, p. 92-93). O uso da Libras deve ser incentivado na sociedade e não apenas nas escolas, pois esta, possibilita o surdo a interagir em sociedade, construir sua identidade, colaborando ainda para a melhoria da qualidade de vida da população surda, além de assegurar-lhe os direitos como cidadão e o respeito às diferenças (ALMEIDA, 2012).

Em relação aos deficientes auditivos oralizados, muitas vezes dentro de sala de aula, eles precisam assistir a vídeo aulas sem legendas ou com legendas muito rápidas que dificultam a leitura, além de assistirem a aulas em que professores, por falta de recursos metodológicos, acabam alcançando apenas os alunos “ouvintes” (MESQUITA; SILVA, 2009, p.43). Os deficientes auditivos necessitam também de acessibilidade, por meio de aulas ministradas com muitos recursos visuais, vídeos legendados e ouvintes falando de frente para eles de forma bem articulada e devagar, caso contrário, não proporcionarão a esses discentes o acesso integral às informações, sendo necessária a dedução do conteúdo, visto captarem, em torno de 20% das mensagens ao utilizar a técnica da leitura labial (PERLIN; STROBEL, 2008).

Indo de encontro a esta realidade, temos como uma das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a adoção de um modelo de educação omnilateral que prevê a formação integral e igualitária dos sujeitos, à medida que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.31), aplicando-se perfeitamente às exigências das leis de inclusão. Assim também se tem no Estatuto da Pessoa com Deficiência, como princípio assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã (BRASIL, 2015b). Nesse contexto, a inclusão de discentes surdos e deficientes auditivos nos Institutos Federais (IF), que objetiva a formação do cidadão profissionalmente competente, autônomo e crítico, por meio da centralidade da comunicação para o acesso ao conhecimento e para a preparação dos sujeitos para o mundo do trabalho, torna-se mais clara. Opondo-se ao modelo tradicional em que o trabalhador apenas produz, enquanto os dirigentes se comunicam e

usufruem, busca-se uma formação igualitária e completa, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 2007, p. 87). Apesar das condições vigentes, a sociedade requer a formação de pessoas aptas a uma interação total com a natureza e com a sociedade, independente de suas diferenças, e por isso, faz-se necessário uma educação que desenvolva completamente o indivíduo, integre as diversas dimensões do fazer e do saber, do técnico e do político, especialista e dirigente, profissional e cidadão, sendo que estas características serão desenvolvidas por cada um, descobrindo o método que lhe for mais eficaz para estudar, traduzindo-se em uma ação criativa (MELO; RAFANTE; GOMES, 2019, p. 65).

Analisando a situação do IF Sudeste MG – Campus Barbacena, objeto de estudo deste trabalho, pode-se inferir por meio do relato de uma situação vivenciada de um aluno surdo na instituição, usuário da Libras, regularmente matriculado no 3º Período do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, durante uma entrevista para um projeto de intervenção denominado “Comunicação eficiente: uma busca pela formação omnilateral”, executado no segundo semestre do ano de 2019, que esta instituição, no que tange à comunicação/interação com os surdos, apresenta uma realidade equivalente a muitas escolas do Brasil. A trajetória acadêmica do aluno surdo tem sido difícil e desmotivadora, já que a falta de um apoio adequado impera, não há pessoal suficiente que tenha algum conhecimento sobre inclusão escolar, sobre surdez ou deficiência auditiva, nem sobre a Libras. Da mesma forma, não há número adequado de profissionais da área de educação especial para solucionar os problemas que ocorrem. Estes relatos compatibilizam com as palavras de Skliar e Quadros (2000, p. 35), em que afirmam que a exclusão nos nossos dias, está travestida de inclusão, já que aqueles que têm sido, permanentemente, localizados do lado de fora das fronteiras, hoje são chamados a entrar e a estar, sem as condições necessárias para seu desenvolvimento completo. E isto ocorre em diferentes situações o que se faz é, geralmente, apenas para cumprir obrigações legais ou para preencher cotas. Estes sujeitos são admitidos seja numa escola, numa empresa ou num cinema, porém não há equidade nas condições que são proporcionadas a eles em relação aos demais.

O “Guia Orientador: ações inclusivas para atendimento ao público-alvo da educação especial no IF Sudeste – MG”, único documento que estabelece a política institucional de inclusão, tem como proposta subsidiar gestores e servidores do IF SUDESTE – MG na tomada dos primeiros passos para se construir uma escola inclusiva (OLIVEIRA, 2017). Entretanto, não há nenhum anexo com sugestões de estratégias que possam nortear os servidores em relação à prática de interação adequada a estes alunos.

No contexto apresentado, a pesquisa teve como objetivo investigar como a comunicação/interação entre os surdos e deficientes auditivos com os ouvintes e escola, contribui no desenvolvimento educacional para uma formação omnilateral dentro do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG – Campus Barbacena. O desdobramento foi a construção de um produto educacional, no formato de uma cartilha, cujo objetivo é suprir as necessidades da comunidade interna do Campus Barbacena no que se refere à comunicação/interação com os surdos e deficientes auditivos, auxiliando assim, no processo de inclusão desses cidadãos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, que visou coletar informações para a concepção do produto educacional, teve como cenário de estudo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena, tendo sido realizada no período de abril a dezembro de 2020 e consistiu de aplicação de questionários e realização de entrevistas que visavam conhecer a opinião e as vivências dos participantes sobre a importância da comunicação/interação para a inclusão de surdos e deficientes auditivos, bem como o preparo e papel desempenhado pela instituição para proporcionar a esses alunos a formação integral.

A amostra foi composta por um aluno surdo matriculado no 3º período do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet (TSI), usuário de Libras; os alunos do 3º período do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, colegas de classe do aluno surdo, um ex-aluno deficiente auditivo oralizado, que é egresso do curso Técnico em Informática; quatro professores do Núcleo de Informática que lecionaram para estes alunos; um psicólogo; uma orientadora educacional; uma pedagoga e um tradutor intérprete de Libras do IF Sudeste MG.

As entrevistas foram direcionadas aos docentes e à equipe pedagógica composta por uma pedagoga, um psicólogo, uma orientadora e por um dos tradutores intérpretes de Libras do IF Sudeste MG por considerar que outros questionamentos pertinentes ao tema poderiam surgir e que assim haveria a oportunidade de se manifestar mais livremente. Já com os discentes foram aplicados os questionários, pois esta técnica facilitaria a obtenção dos dados, à medida que possibilita atingir grande número de pessoas (GIL, 2008, p. 122).

Após a realização das entrevistas e aplicação dos questionários procedeu-se a triangulação dos dados à luz dos pressupostos do ensino tecnológico da formação omnilateral, cidadã ou integral no sentido de compreender as percepções dos docentes, os anseios dos dis-

centes e a realidade apresentada pelo surdo e deficiente auditivo egresso. Zappellini e Feuerschütte (2015) elaboraram um conceito básico para triangulação:

[...] procedimento que combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos (ou amostras/objeto), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, com o propósito de consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo estudado (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015, p. 246-247).

Foi feita a triangulação dos dados prospectados dos diferentes sujeitos envolvidos neste processo, aluno surdo, alunos ouvintes e ex-aluno deficiente auditivo, a partir do conteúdo da frequência dos temas citados; dos docentes, da equipe pedagógica e do tradutor intérprete de Libras, através da análise do conteúdo das entrevistas (BARDIN, 2011).

O que se pretendeu com a triangulação dos dados dos sujeitos foi comparar suas opiniões, anseios e dúvidas, além de esclarecer se eram convergentes, dando amplitude e reforçando tudo o que foi levantado, visto que o uso de múltiplas fontes de evidência na pesquisa permite que o pesquisador aborde uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais, desenvolvendo linhas convergentes de investigação, que permitem conclusões mais precisas (YIN, 2010). Mesmo que os resultados se concentrem em diferentes aspectos de uma questão, podem ser complementares, o que pode evidenciar um quadro mais amplo sobre a problemática estudada (FLICK, 2013, p.184).

A partir desta triangulação foi desenvolvido um produto educacional no formato de uma cartilha, como material de apoio que não só ensinasse, mas que ficasse como suporte permanente, inclusive na sua versão física, nos diversos setores da instituição para consulta.

Esta cartilha materializada poderá despertar o interesse dos servidores em conhecerem e/ou aprofundarem-se no aprendizado do tema da inclusão dentro do ambiente escolar. Com a busca deste conhecimento e/ou aprofundamento e de uma melhor convivência, não só com os alunos surdos e deficientes auditivos, mas com todos os que tenham alguma necessidade educacional especial, pode-se proporcionar melhor interação destes alunos dentro da escola e melhor desenvolvimento deles em muitos aspectos.

O eixo conceitual utilizado para os conteúdos relacionados à surdez e à inclusão escolar dos surdos e deficientes auditivos, foram utilizados textos de Quadros (2003; 2004; 2014), Skliar (1998; 2000), Perlin (2002), Lacerda (2006), Quadros e Schmledt (2006), Perlin e Strobel (2008; 2014), Sassaki (1999), além de leis relacionadas aos temas do direito individual, educação integral e da inclusão (BRASIL, 1988; 1996; 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2008; 2015; 2021). Sobre a comunicação/interação para a inclusão e formação omnilateral utilizou-se Perles (2007), Ciavatta (2005; 2014), Manacorda (2007), Nosella (2007), Ramos (2008) e Ciavatta e Ramos (2011), Melo, Rafante e Gomes (2019), dentre outros.

Para a validação da Cartilha foi disponibilizada versão digital para os participantes da pesquisa, para membros dos Núcleos de Ações Inclusivas (NAI's), profissionais especializados e tradutores intérpretes de Libras dos *campi* do IF Sudeste MG. Por e-mail, os participantes foram convidados a participarem da validação da cartilha e receberam as explicações da natureza e objetivos do estudo através do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O TCLE foi assinado e enviado ao pesquisador como forma de concordância em participar do estudo. Para aqueles que concordaram foi enviado o endereço eletrônico do questionário.

O questionário estruturado foi composto por nove afirmativas que abrangeram os conhecimentos anteriores dos pesquisados sobre as formas de comunicação com surdos e deficientes auditivos, além dos conhecimentos que obtiveram através da cartilha para empreender diálogo com eles. Objetivou também investigar se as informações e orientações nela contidas são úteis à medida que poderão facilitar a comunicação/interação dos validadores da cartilha com os surdos e deficientes auditivos, se a organização, o conteúdo e a linguagem utilizada na cartilha são ideais e de fácil compreensão, se provocaram reflexões, possibilidades de mudança e se eles consideraram que a cartilha é um bom produto que auxiliará na melhoria do ensino. As questões propostas foram organizadas de acordo com a escala Likert: (+2) Concordo totalmente, (+1) Concordo, (0) Indiferente, (-1) Discordo e (-2) Discordo Totalmente) (DALMORO; VIEIRA, 2013). O questionário, no formato de um formulário do *Google Forms* ficou disponível para os participantes durante um período de 15 dias, a partir da data em que foi enviado.

Para a realização da pesquisa e para o desenvolvimento do produto educacional foi obtida autorização do Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos (CEPH), através do Parecer nº 4.387.407.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada entre surdos, deficientes auditivos, alunos ouvintes, docentes, especialistas em educação e tradutor intérprete de Libras, pôde-se perceber como a falta da comunicação e da interação, entre outros fatores, dificultam a formação de laços interpessoais, interferem no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, influenciam na construção de conhecimentos significativos e, conseqüentemente, na formação integral dos alunos. Após a triangulação dos resultados, foi elaborado um produto educacional no formato de cartilha intitulado: “Comunicação/interação: a gênese para a formação omni-

lateral de surdos e deficientes auditivos do *Campus Barbacena*”, depositado no repositório eduCAPES e disponível no endereço eletrônico: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/701298>.

A cartilha foi elaborada contendo os conceitos relacionados a pessoas surdas e deficientes auditivas, além das diferenças nas nomenclaturas; métodos de comunicação que eles utilizam para se comunicar (bilinguismo, oralismo e comunicação total); tipos de surdez; graus de surdez; legislações pertinentes; atitudes certas ou erradas ao se comunicar com surdos e deficientes auditivos; termos e expressões que não se deve expressar e aquelas que devem ser utilizadas; como a escola deve se preparar para receber os alunos surdos e deficientes auditivos e como deve atuar depois que ele ingressar na instituição; estratégias pedagógicas que o professor poderá utilizar ao planejar sua aula, como devem ser as avaliações e as interações com os alunos. Estas estratégias foram sugeridas pelos profissionais e alunos do próprio *Campus Barbacena* durante as entrevistas, além de dicas de interação/comunicação entre professor-aluno e aluno-aluno relativas à forma como deverá se portar o ouvinte perante o surdo e o deficiente auditivo com a finalidade de ser compreendido e de compreendê-lo. A cartilha apresenta também curiosidades sobre a cultura surda e a Libras que são apresentados com o título: “Você sabia?”; também, é apresentado o alfabeto em Libras, sinais de cumprimento, sinais que representam os cursos de graduação, cursos técnicos e das disciplinas, sinais associados aos principais setores e serviços da escola, que são direcionados ao aluno no IF Sudeste – MG Campus Barbacena. Como referência para esta etapa, utilizou-se o dicionário trilingue de Capovilla e Raphael (2008).

Responderam ao convite para a validação da cartilha 40 pessoas, entre discentes, docentes e profissionais especializados (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e orientadores pedagógicos) além dos tradutores intérpretes de Libras.

Entre os participantes, 79% concordaram (47,4%) ou concordaram totalmente (31,6%) que já têm algum conhecimento de como se expressar corretamente com surdos ou deficientes auditivos, por outro lado 21% discordaram, ou seja, não têm nenhum tipo de conhecimento de como se comunicar de forma assertiva com surdos ou deficientes auditivos.

Com relação a essa porção dos participantes que afirmaram não possuírem nenhum tipo de experiência de comunicação com surdos ou deficientes auditivos e considerando que os discentes que participaram da validação do produto tiveram contato diário com um colega surdo e que os tradutores intérpretes de Libras trabalham com os surdos, o quantitativo daqueles que afirmaram não terem nenhum tipo de conhecimento em como se expressar com surdos e deficientes auditivos está no grupo de professores e profissionais especializados,

que são aqueles que estão em contato direto com o discente no atendimento personalizado nas áreas acadêmica, social e psicológica. Para Strobel (2006, p. 247) e Castro e Almeida (2014, p. 188) os surdos não têm o intérprete de Libras à sua disposição, fazendo com que permaneçam totalmente alheios ao que se passa no ambiente escolar, não sendo, portanto, tratados de forma igualitária aos demais. Associado a isto, como indicado por Nascimento, Melo e Araujo Neto (2018, p. 92-93) não são oferecidas oportunidades e nem estímulos para a capacitação dos servidores.

No que se refere à difusão da Libras e o incentivo ao uso desta língua nos espaços escolares, muito se tem a divulgar, pois se não há conhecedores desta língua de sinais dentro das instituições, não há como garantir o acesso à comunicação, à informação e à educação que a lei lhes garante (SILVA; GOMES, 2018; NASCIMENTO; MELO; ARAÚJO NETO, 2018, p. 94; BERNARDO, 2020). Para Mutão e Lodi (2018), o investimento disponibilizando o ensino da Libras é importante para se garantir a inclusão, mas destaca também a proposta de uma educação bilíngue e a presença do tradutor intérprete de Libras. Contudo, apesar do ensino desta língua não garantir uma educação bilíngue para os surdos, já seria um começo na busca da interação com estes sujeitos (FERREIRA; ALMEIDA, 2020). A importância da forma de comunicação através da Libras é relatada também por Domanovski e Vassão (2016) e por Franco (2016) ao afirmarem que não há inclusão se a comunidade interna não aprender a se comunicar por meio da Libras e não realizarem adequações no trabalho pedagógico com envolvimento de toda comunidade escolar, sendo isto uma condição essencial para a promoção da integração do aluno surdo.

É importante ressaltar que a ausência de pessoal capacitado pode influenciar na decisão dos surdos e deficientes auditivos em prosseguirem ou não com os estudos e, consequentemente, influenciar de forma definitiva no seu futuro. Percebe-se isto, a partir do estudo realizado por Moura, Leite e Martins (2017, p. 542-543), com alunos surdos do ensino médio de uma escola pública do município do Oeste Paulista, que destacou a dificuldade de acesso e de permanência, a qual desencadeou sentimento de desânimo por falta de apoio dentro da instituição. Para os autores, isso ocorre devido à falta de preparo e orientação da escola básica, fazendo com que os alunos sejam os únicos responsáveis pela própria aprendizagem, já que não há, ao menos, intérpretes de Libras nas escolas (MOURA; LEITE; MARTINS, 2017, p. 542-543). Verifica-se então, um abismo entre o que é proposto e estimulado pelas políticas afirmativas e o contexto real.

Foi afirmado que o material disponibilizado na cartilha contribuiria para a realização de um diálogo básico com surdos ou deficientes auditivos, 89,5% concordaram (63,2%) ou

concordaram totalmente (26,3%), enquanto que, para 10,5% o conteúdo da cartilha foi indiferente. Assim, como indicado pelos validadores do produto, ele pode contribuir para a gênese do estabelecimento de comunicação básica com surdos e deficientes auditivos, cumprindo assim parte do objetivo da proposta do produto vinculado à melhoria dos processos de inclusão. Como afirmado por Escott e França (2021), os Programas da Área de Ensino são voltados às demandas sociais, ou seja, a pesquisas de processos e produtos educacionais com orientação para a Educação Básica e, na medida em que denotam esse forte engajamento, a expectativa é de que haja a efetiva contribuição à qualidade do ensino nas instituições de ensino, incluindo e compreendendo a sua diversidade (ESCOTT; FRANÇA, 2021). Outro ponto abordado por Pasqualli, Vieira e Castamam (2018) para atender as individualidades locais e contribuir para a inclusão, diz respeito aos produtos educacionais que devem ser considerados ferramentas dinâmicas e adequadas à realidade da escola.

Quanto ao aprendizado de formas de se comunicar e interagir com os surdos e deficientes auditivos ser importante para sua atuação como cidadão e para aprimorar o processo de inclusão no Campus Barbacena, todos os participantes concordaram (15,8%) ou concordaram totalmente (84,2%), reconhecendo ainda que, a partir das informações sobre as especificidades dos surdos e deficientes auditivos, obtidas com a cartilha, todos os participantes concordaram (73,7%) ou concordaram totalmente (26,3%), que serão capazes de compreender e atender de forma adequada às necessidades desses alunos. Soma-se o fato de que 94,8% os participantes concordaram (31,6%) ou concordaram totalmente (63,2%) que a linguagem utilizada no produto é de fácil compreensão, mesmo para quem não tem nenhum conhecimento sobre o tema da surdez e que, 89,4% dos respondentes, concordaram (36,8%) ou concordaram totalmente (52,6%) com a organização do conteúdo, tornando sua utilização prática e agradável.

Nesse sentido, a escola para a inclusão de alunos surdos e deficientes auditivos deve devolver a autonomia desses sujeitos, especialmente pelo fato da ocorrência da desvalorização da língua e da cultura da comunidade surda, além do fato da cultura ouvintista considerar a surdez uma deficiência, quase que uma doença a ser curada e, neste contexto, questiona-se o preparo dos trabalhadores em educação sob os pontos de vista técnico, científico e social, referindo-se ao conhecimento da língua, especificidades linguísticas e cultura surda (CHIACCHIO; BRITO; TEIXEIRA, 2015). Os autores complementam ainda que, à escola que se quer inclusiva, é preciso demonstrar o respeito à cultura e individualidade linguística dos surdos, não continuando a colocar a Libras em segundo plano, indicando a educação bilíngue como um instrumento capaz de promover autonomia dos alunos surdos (CHIAC-

CHIO; BRITO; TEIXEIRA, 2015, p. 57-71). De acordo com Bernardo (2020), apesar de toda evolução já alcançada na área da inclusão dos alunos surdos, ainda há deficiências grandes nos sistemas de ensino quanto ao suporte dado aos alunos e também aos profissionais, existindo ainda muita carência na capacitação dos docentes e da equipe multidisciplinar tanto no conhecimento da Libras quanto na adoção de metodologias adequadas (BERNARDO, 2020).

Duas questões importantes merecem destaque neste contexto: a primeira é o fato de que não é dada a devida importância às questões relacionadas aos aspectos linguísticos da Libras e, a segunda, remete às questões culturais que envolvem a comunidade surda, sendo essencial conhecê-las e considerá-las no contexto da educação dos surdos (MUTTÃO; LODI, 2018, FERREIRA; ALMEIDA, 2020, CICILINO; GIROTO; VITTA, 2018).

Os surdos crescem segundo valores, crenças, símbolos, modos de agir e de pensar de um sistema socialmente instituído e em transformação (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 573), sistema esse que, de acordo com a afirmação do tradutor intérprete de Libras, participante do presente trabalho, é defasado e não propicia condições para se pensar numa formação em todas as dimensões, especialmente no que tange à indissociabilidade existente na educação profissional e tecnológica. Por outro lado, é um sistema em transformação, o que propicia que a situação seja mudada, necessitando de muita luta por parte desses sujeitos para que a realidade seja modificada e antigos tabus, discriminações, invisibilidades e preconceitos sejam vencidos.

Por outro lado, os adeptos do oralismo, aqui tratados por nós como deficientes auditivos, respeitam e se identificam com o mundo dos ouvintes; utilizam-se dos amplificadores, buscando aproveitar os resquícios de audição bem como aprimorar sua fala, pois no que se refere à fala e escrita, eles têm a língua portuguesa como primeira língua, se orgulham de falar corretamente, rejeitam a língua de sinais e não aceitam o intérprete de Libras. Entretanto, segundo Perlin (2002, p.15-16) existem situações em que alguns deficientes auditivos, por não terem tido oportunidade de ter contato com a comunidade surda, acabam sendo:

“vítimas da ideologia oralista, da inclusão, da educação clínica, do preconceito da surdez e vivem a identidade dos ouvintes, porém se sentem inferiores aos ouvintes, muitas vezes se sentem angustiados podendo chegar à depressão e mesmo ao suicídio” (PERLIN, 2002, p. 15-16).

À medida em que se entende que na educação inclusiva, a educação é para todos, considerando suas especificidades e sua diversidade. No que se refere à educação dos surdos percebe-se uma maior preocupação com o ensino da Libras do que com as adaptações pedagógicas e que a visão da surdez como deficiência e não como diferença ainda é uma realidade e que a negligência do poder público quanto ao direito a uma educação bilíngue

continua a prejudicar os discentes surdos e os deficientes auditivos (MUTTÃO; LODI, 2018, p. 53-54). Neste sentido, a identidade da cultura surda é renegada, favorecendo a exclusão do indivíduo na sociedade diante da imposição da cultura dos ouvintes havendo, portanto, um desrespeito à individualidade e à diversidade dos alunos.

Nesse contexto, a cartilha desenvolvida presta-se ao esclarecimento das peculiaridades culturais e acadêmicas relacionadas aos surdos e aos deficientes auditivos, além de reafirmar a condição da surdez como uma diferença e não como uma doença, contribuindo para uma escola mais inclusiva, visto que a presença ou a falta da comunicação/interação estaria diretamente ligada a maiores ou menores possibilidades para se caminhar na busca de uma formação integral, especialmente para os alunos surdos, quando não obtém todas as informações que deveriam receber. E, conseqüentemente, também acaba por restringir a inclusão, já que esta vai além de apenas admiti-los na escola, pois é parte do princípio da responsabilidade de se promover a permanência e o êxito deles na instituição (CIAVATTA, 2014, FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014). Nesse contexto, todos os participantes concordaram (26,3%) ou concordaram totalmente (73,7%) que a cartilha provoca reflexões sobre o tema e sobre a realidade, além de poder despertar uma mudança de olhar e/ou de atitude.

Com relação à validação da cartilha por ser um produto educacional que contribuirá com a melhoria do processo ensino-aprendizagem, os participantes foram unânimes em concordar (15,8%) ou concordar totalmente com a afirmação (84,2%).

Assim, mesmo com o desenvolvimento e implantação do produto educacional como ferramenta facilitadora da comunicação/interação entre surdos e ouvintes, informativa, formativa e que contribui para o processo de inclusão, existe a premência de que sejam disponibilizados cursos para a capacitação em Libras para os alunos que desejarem e para todos os profissionais da educação. Este cenário propiciaria ao aluno surdo adentrar em todos os espaços que necessitar dentro da instituição e, em cada um deles, teria pelo menos uma pessoa que conseguisse se comunicar e atendê-lo no que necessitasse, poderia dialogar e interagir mais com os colegas, servidores e docentes, o que melhoraria sua autoestima e sua sensação de pertencimento à instituição, além de estimular sua autonomia para solucionar algumas demandas educacionais, sem ficar totalmente dependente do tradutor intérprete de Libras, o que lhe daria mais privacidade nos diálogos que precisasse ter com as pessoas. Os participantes da validação do produto foram unânimes em afirmar que ao ter contato com a cartilha, esta lhes propiciou: reflexões sobre o tema do surdo e do deficiente auditivo, tanto no ambiente escolar como fora dele, sua realidade de relativa exclusão e uma mudança de olhar e/ou de atitude, com reflexos para o repensar profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O produto educacional, “Comunicação/interação: a gênese para a formação omnilateral de surdos e deficientes auditivos do *Campus Barbacena*”, no formato de cartilha, foi concebido após o cruzamento das informações obtidas de um aluno surdo, um deficiente auditivo, discentes colegas de classe do aluno surdo, professores com experiência na docência de alunos surdos e deficientes auditivos, profissionais especialistas e um tradutor intérprete de Libras. Através da pesquisa pode-se concluir que existe uma grande lacuna no que tange ao conhecimento das necessidades educacionais e pessoais de surdos e deficientes auditivos, além da deficiência na capacitação da comunidade do IF Sudeste MG - Campus Barbacena, com desdobramentos para inclusão de surdos e deficientes auditivos, para a formação omnilateral desses sujeitos e para a formação técnica relativa ao mundo do trabalho.

Assim, a cartilha foi concebida como uma ferramenta para auxiliar a mitigar essa deficiência na comunicação/interação entre escola e alunos surdos e deficientes auditivos, contribuindo também para a melhoria do processo de inclusão acadêmica e social desses sujeitos e para um repensar profissional, estimulando a necessária formação continuada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. de F. de O. A importância da comunicação em Libras na vida das pessoas surdas. **Portal da Educação Tecnologia Educacional Ltda**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-importancia-da-comunicacao-em-libras-na-vida-das-pessoas-surdas/22074>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDO, N. P. **Dificuldades enfrentadas por alunos surdos quanto à aprendizagem de L2 na cidade de Belém– PB**. 2020. 18f (Especialização em ensino de língua portuguesa como 2ª língua para surdos na modalidade educação a distância). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus João Pessoa. João Pessoa, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Ministério da Educação (1996)]. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (1999)]. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2000)]. **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2001)]. **Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2002)]. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o código civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2002b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2002)]. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Ministério da Educação (2003)]. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17434-programa-educacao-inclusiva-direito-a-diversidade-novo> Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2004)]. **Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2005)]. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2008)]. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2015)]. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Presidência da República (2021)]. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm Acesso em: 15 out. 2022.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. Volume I de A a L - Terceira edição, São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CASTRO, S. F.de; ALMEIDA, M. A. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, abr.-jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XPGCHzqgpSQWtHV8grBb5nL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 13 mai. 2022

CHIACCHIO, S. S. R.; BRITO, R.L.G. L. de.; TEIXEIRA, B. E. Acesso à escola e a pedagogia da diferença: a escola promotora de autonomia do surdo. **Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP**, Aquidauana, v. 1, n. 2, p. 57-71, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/1475> Acesso em: 13 mai. 2022.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, p. 1-20, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122> Acesso em: 13 mai. 2022.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 187-205, jan-abr, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303> Acesso em: 13 mai. 2022.

CIAVATTA, M. RAMOS, M. N. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil. Dualidade e Fragmentação. **Retratos da Escola**, Brasília, v.05, n. 8, p. 27-41, jan-jun. 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45> Acesso em 11 abr. 2022.

CICILINO, J. E. M.; GIROTO, C. R. M.; VITTA, F. C. F. de. Formação de professores para a educação bilíngue de surdos na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. **RPGE– Revista online de Política e Gestão Educacional**. Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 794-809, dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11913> Acesso em 11 abr. 2022.

CRUZ, G. de. C.; GLAT, R. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 52, p. 257-273, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zKXfJ8TbsjLvvYjnNzQbx7K/abstract/?lang=pt> Acesso em 12 fev. 2022

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista Gestão Organizacional**, Vol. 6 - Edição Especial, 2013. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2148822/mod_resource/content/1/

Dalmoro_Vieira_2013_Dilemas-na-construcao-de-escal_31731.pdf Acesso em: 07 mai. 2022.

DOMANOVSKI, M.; VASSÃO, A. M. A importância da Libras para inclusão escolar do surdo. In: **Os Desafios da Escola pública paranaense na perspectiva do Professor PDE**. Volume I, Paraná, PR. 2016.

DURAN, Á. P. Interação social: social, cultural e o psicológico. **Temas em psicologia**, n. 03, 1993.

ESCOTT, C. M.; FRANÇA, M. C. C. C. Saberes Específicos e produção de Conhecimento no ProfEPT – Linha de pesquisa Organização e Memórias de espaços pedagógicos na EPT. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.53, p. 332-347, 2021. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo3476671-saberes-espec%C3%ADficos-e-produ%C3%A7%C3%A3o-de-conhecimento-profept-linha-de-pesquisa-organiza%C3%A7%C3%A3o-e-mem%C3%B3rias-de-espa%C3%A7os-pedag%C3%B3gicos-na-ept Acesso em: 30 ago. 2022.

FERNANDES, P. D. **A Inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe**. 234f. (Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FERREIRA, F. M. R.; ALMEIDA, P. V. **Formação docente para a educação de surdos no contexto bilíngue**. Eixo 06: A formação de professores na perspectiva da inclusão. p. 4206-4217. 2020. Disponível em http://200.145.6.217/proceedings_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/6578.pdf. Acesso em 23 maio de 2020.

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: penso, 256 p. 2013.

FRANCO, E. de. C. Educação Inclusiva: a importância da interação no espaço escolar entre docente e estudante surdo. **Nuances: estudos sobre a educação**, Presidente Prudente – SP, v. 27, n. 1, p. 247-263, jan./ abr. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3440> Acesso em: 19 mar. 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS M. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13088> Acesso em: 16 mar. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S/A, 220 p. 2008.

HOUAISS, A. **Pequeno Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1114 p. 2015.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 176, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzYT537RWBNBcFc/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 13 dez. 2021.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Brasília, 1 edição, p. 145-150, 2010.

LEITE, L. B. Representação e comunicação: o estudo de funções linguísticas em psicologia. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 41-54, ago. 1995.

- MANACORDA, M. A. O conceito de homem onilateral. In: **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea. p. 203. 2007.
- MELO, D. C. F.; RAFANTE, H. C.; GOMES, J. M. Escola Unitária: a escola criadora e a formação humana. In: MELO, D. C. F.de.; RAFANTE, H. C.; GOMES, J. M. **Gramsci e a Educação Especial**. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora Brasil Multicultural, p. 167. 2019.
- MESQUITA, V. S. B.; SILVA, A. C. O. da. A exclusão do incluído: a busca pelo equilíbrio. **Revista Fazendo História**. Ano II, Edição III, p. 43. 2009.
- MOURA, A. F.; LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. Universidade acessível: com a voz os estudantes surdos do ensino médio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília – SP, v. 23, n. 4, p. 531-546, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382017000400531&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 05 out. 2022.
- MUTTÃO, M. D. R.; LODI, A. C. B. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 49-56. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/YTSHs8G4rBGhssBgDqCPkTc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 11 jan. 2022.
- NASCIMENTO, D. B.; MELO, R. M. da. S.; ARAÚJO NETO, H. M. de. Estado da arte sobre educação e surdez. **Saberes docentes em ação**, Maceió, v. 04, n.01, p.94. 2018. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/7-Estado-da-arte-sobre-educacao-e-surdez-ID.pdf> Acesso em: 13 nov. 2021.
- NOSSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 137-151, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8dNYBcjfPKZL4js8xWbhpjv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 mar. 2022.
- OLIVEIRA, W. M. de. **Guia Orientador**: ações inclusivas para atendimento ao público-alvo da educação especial no IF Sudeste MG. Universidade Federal Fluminense - Instituto de Biologia - curso de mestrado profissional em diversidade e inclusão. Niterói, 2017.
- PASQUALI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN; A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. **Educitec**, Manaus, v. 04, n. 07, p. 106-120, jun. 2018. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/302> Acesso em: 23 fev. 2022.
- PERLES, J. B. **Comunicação**: Conceitos, fundamentos e História. BOCC-UBI.Niterói, 2007.
- PERLIN, G. As diferentes identidades surdas – **Revista da FENEIS** – Ano IV – n.14, abr./junho de 2002.
- PERLIN, G.; STROBEL, K. **Disciplina: Fundamentos da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Licenciatura/Bacharelado em Letras/Língua Brasileira de Sinais. Florianópolis, 2008.
- PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educ. rev.**, Curitiba, n spe-2, p.17-31, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20desafio%20%C3%A9%20construir%20uma,como%20a%20pedagogia%20surda%20presente> Acesso em: 21 abr. 2022.
- PINHEIRO, L. M.; FIDALGO, S. S. Adaptações Curriculares na “Inclusão” Escolar de Alunos Surdos: Intervenções Colaborativas. **Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-**

Histórico-Cultural e da Atividade, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2019. Disponível em: <https://revistashc.org/index.php/shc/article/view/32> Acesso em: 19 fev. 2022.

QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246> Acesso 21 abr. 2022.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 94 p. 2004.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: efeitos da modalidade e práticas pedagógicas. **Anais... Temas em Educação Especial IV**. EDUFSCar, 2014.

QUADROS, R. M. de.; SCHMLEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. MEC, SEESP, Brasília: Lagoa Editora, 120 p. 2006.

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino Médio Integrado. **Anais... Seminário sobre Ensino Médio**, Secretaria de Educação do Pará, 08-09 mai. 2008.

RIOS, N. V. de. F.; NOVAES, B. C. de. A. C. O Processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva na escola regular: vivência de professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.1, p.81-98, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/RVWczHsWtTFphRKN6YDqHQR/abstract/?lang=pt#:~:text=As%20professoras%20foram%20un%C3%A2nimes%20em,particulares%20de%20apreens%C3%A3o%20de%20conte%C3%BAdos>. Acesso em: 01 mai. 2022.

ROAZZI, A.; LEAL, T. F. O papel mediador das interações sociais e da prática pedagógica na aquisição da leitura e da escrita. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 77, n. 187, p. 565-601, set./dez. 1996. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1215> Acesso em: 23 jun. 2022.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e Identidade Surdas: Encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 set. 2022.

SASSAKI, R. K. **Entrevista. Integração**. Brasília: MEC, 1998.

SILVA, C. N. N. da.; GOMES, K. V. V. A relação surdo-ouvinte e seu impacto na inclusão de estudantes surdos: um estudo a partir da percepção dos intérpretes de Libras. **Revista Educação, artes e inclusão**, Florianópolis – SC, v.14, n. 3, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/11535#:~:text=Ficou%20evidenciada%20a%20import%C3%A2ncia%20da,tamb%C3%A9m%20na%20sociedade%20em%20geral>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SILVA, J. S. da. História da Comunicação e dos seus meios: um constitutivo pedagógico. **Anais... Simpósio Internacional de Educação e Comunicação**. Aracaju – SE. 2016.

SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 192 p. 1998.

SKLIAR, C.; QUADROS, R. Os mundos atuais: entre as quantidades obscenas e manipuláveis e os hibridismos culturais. In: **Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos**. Estilos da Clínica, v. 05, n. 9, p. 32-51, 2000.

STROBEL, K. L. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, vol.7, n.2, p. 245-254, jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/806> Acesso em: 18 jan. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em Administração. **Revista Administração: Ensino & pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 241-273, abr – jun. 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238> Acesso em: 23 mai. 2022.

Aurora Maria Baptista da Silva

Mestre em Educação IF Sudeste MG –
Campus Rio Pomba

Adriano Reder de Carvalho

Doutor em Ciências Veterinárias pela
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro (UFRRJ)